

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2013.

Aos 03 (três) dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, no Salão do Plenário, com a presença de todos os Vereadores que assinaram o Livro de Presença e não havendo número legal, às dezesseis horas e quinze minutos, o 1º Vice-Presidente, Vereador Meirelles, suspendeu a presente sessão por quinze minutos. Reaberto os trabalhos às dezesseis horas e trinta minutos e havendo número legal, o Presidente, Vereador Paulo Igor declarou aberta a presente sessão. Em seguida, o 1º Secretário, Vereador Anderson Juliano, procedeu à leitura da ata anterior que foi aprovada. Logo após, o 1º Secretário, Vereador Anderson Juliano, fez a leitura do **EXPEDIENTE**: Projeto de lei nº 2871/13 do Vereador Anderson Juliano; Indicações Legislativas nº 2873/13 do Vereador Anderson Juliano; e 2865/13 do Vereador Paulo Igor; Indicações nº 2863/13 da Vereadora Gilda Beatriz; 2868/13 e 2869/13 do Vereador Maurinho Branco; 2866/13 do Vereador Paulo Igor; 2874/13, 2875/13, 2876/13, 2877/13, 2878/13 e 2879/13 do Vereador Silmar Fortes. Franqueada a palavra, assomaram a tribuna os seguintes Vereadores: Registre-se que o Vereador Meirelles assumiu a presidência. **1) ANDERSON JULIANO, PT** - Cumprimentou seus pares, imprensa, funcionários e demais presentes. Quanto ao debate em torno da CIP, disse que procurou se aprofundar em saber como é cobrada a CIP em outros lugares do Brasil. Relatou que na maioria das cidades o valor não cobrado percentualmente sobre o consumo, sendo um valor fixo, por exemplo, no Rio de Janeiro a CIP seria de R\$ 7,74, em Recife R\$ 4,69 e em Cuiabá R\$ 7,15, para um consumo médio de 290kw em Petrópolis o valor da CIP seria de R\$ 11,09. Relatou também que para um gasto na faixa de 900kw, no Rio de Janeiro a CIP seria de R\$ 19,07, em Recife R\$ 7,55, em Cuiabá R\$ 12,94 e em Petrópolis o valor da CIP seria de R\$ 62,85. Registrou ainda que uma empresa que gasta 15.000kw, pagaria no Rio de Janeiro o valor de R\$ 107,00, em Recife R\$ 9,53 e em Cuiabá R\$ 20,00 e em Petrópolis o valor da CIP seria de R\$ 1208,65. Em sua visão, o projeto de lei de autoria do Vereador Meirelles, não só colocou na pauta a questão de quem tem e quem não tem iluminação pública, como também faz a sociedade refletir quanto a forma de cobrança dessa contribuição. Finalizou dizendo que trouxe essas informações a título de informar a população como é feita a cobrança em outras cidades do Brasil. Registre-se que o Vereador Maurinho Branco assumiu a presidência. **2) MEIRELLES, PTB** - Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Disse que foi noticiado na imprensa o veto do Prefeito ao Projeto de Lei que altera a forma de cobrança da CIP, amplamente discutido, e votado nesta Casa em dois turnos. Registrou que não esperava a repercussão que o Projeto causou nos meios políticos, o que em seu ponto de vista foi muito bom, pois levou há uma grande discussão na questão da iluminação pública, surgindo assim outras propostas de melhorias. Contudo disse que desde o início deixou claro que a ideia do projeto era buscar uma alternativa para aqueles petropolitanos de baixa renda, que não possuem iluminação pública em suas ruas ou servidões e pagam pelo serviço. Acrescentou que muitos utilizam a mídia e as redes sociais para criticar o que ainda

não chegou ao fim, caracterizando-as como “viúvas da política”, as pessoas que estavam ligadas ao poder políticos e hoje não estão mais e “choram” por tudo de bom ou de ruim que acontece na cidade, e de “carpideiras”, as pessoas que são pagas para criticar, sem importar o assunto, se é bom, se é ruim, pois não tem ideologia ou “sentimento” algum. Quanto a questão levantada pelo Vereador Anderson Juliano, afirmou que de fato deve ser repensado os valores da CIP que hoje são aplicados em Petrópolis, porém lembrou que no seu projeto de lei não está prevista essa questão dos percentuais e finalizou solicitando a seus pares que se unam para discutir esses valores. **3) SILMAR FORTES, LÍDER DO PMDB** - Cumprimentou seus pares, imprensa, plenária e telespectadores. Disse subir à tribuna para falar sobre a reunião ocorrida na noite anterior, com líderes das manifestações realizadas na cidade, acrescentando ter ficado entusiasmado em ver a sociedade organizada reivindicando o que lhes é direito. Relatou que os poderes ao receberem essas pessoas, praticam a democracia e registrou que é preciso ouvi-los. Disse também que as demandas levantadas na reunião são de fato prioridades, como por exemplo, a questão do PCCS, o que em sua opinião demonstra a preocupação que essas pessoas têm com a educação do município. Falando sobre educação, o Vereador registrou que o que transforma uma sociedade é uma educação de qualidade, e para que isso aconteça faz-se necessário valorizar os profissionais dessa área, dando a eles dignidade. A respeito do PCCS da educação registrou que, na legislatura anterior o referido plano, foi construído de forma coletiva, contudo atualmente, existem dúvidas quanto a sua real implementação, e declarou que esse assunto precisa ser discutido em plenário, uma vez que, este Vereador tomou conhecimento de que existem mais de 1000 (um mil) processos, na Secretária de Administração, solicitando o enquadramento no PCCS. Dito isso o Vereador solicitou os membros da Comissão de Educação que, seja realizado um debate sobre o tema. O Vereador também falou a respeito da iluminação pública. Sobre isso declarou que, reside em área rural e que esta região carece de iluminação pública. Disse ainda ser contrário à opinião de que só deve existir iluminação pública nas regiões onde exista contribuição, acrescentando que a iluminação deve existir nos “corredores” e encerrou o tema declarando que em seu ponto de vista, trata-se de uma questão de segurança pública. Em seguida, o Vereador falou sobre a saúde no município. Relatou que nesta manhã, esteve no Hospital Alcides Carneiro, disse que no dia anterior, foi divulgada a notícia de que alguns médicos faltaram ao plantão, sendo necessário deslocar médicos de outras localidades, e também registrou ser necessário qualificar melhor as urgências e emergências do município. Relatou que durante sua ida ao hospital, visitou a jovem Camila, que encontra-se internada no CTI e foi informado que o quadro dela é muito grave. Fato que provocou extrema indignação neste Vereador, uma vez que a jovem procurou assistência médica mais de 6 (seis) vezes, até que a apendicite perfurou e a deixou nesse estado. Disse esperar que isso sirva de exemplo para todos os profissionais da área da saúde, declarando ser necessário, ética, compromisso e respeito pela vida humana e acrescentou que não basta ter um diploma, é preciso se colocar no lugar dessas pessoas. O Vereador ainda registrou ser necessário criar o PCCS da saúde, pois somente desta forma será possível valorizar esses profissionais, contudo ressaltou que o referido plano não pode ser como o PCCS da educação, pois esse atualmente, encontra-se parado. **4) GILDA BEATRIZ, PMDB** - Cumprimentou seus pares,

imprensa e demais presentes. Convidou todos a participarem da audiência pública a ser realizada no dia seguinte, para discutir questões ligadas aos animais de tração. Registrou também que a questão dos animais que vivem nas ruas revirando lixo é um assunto que deve ser amplamente discutido, pois em seu ponto de vista isso tem que acabar. Disse que existem leis que garantem os direitos desses animais e que irá cobrar do Executivo que fiscalize. Reafirmou que a presença da sociedade na audiência pública e de extrema importância para buscar uma solução aos problemas de maus tratos que os animais enfrentam na cidade. Relatou que hoje foi instalada a Comissão Especial que irá tratar da questão dos animais de tração. Em relação à situação da menina de quinze anos que está internada no CTI, disse que é um absurdo uma pessoa ir ao médico várias vezes e o mesmo nem toca no paciente para dar um diagnóstico, acrescentando que quando se escolhe uma profissão, se escolhe por amor, tendo assim um dever e uma missão com essas pessoas. Finalizou dizendo que o tema da CIP ainda será muito discutido nesta Casa, pois é um assunto que envolve a segurança pública. **5) OSVALDO DO VALE – VADINHO, LÍDER DO PSB** - Iniciou sua fala cumprimentando seus pares, imprensa e demais presentes. Relatou que o assunto que o faz subir à tribuna, diz respeito à reunião realizada na noite anterior, com representantes das manifestações realizadas na cidade. Disse concordar com algumas reivindicações feitas por eles. Contudo acrescentou que outras não são de competência do legislativo, o que em sua opinião talvez aconteça por falta de conhecimento. Além disso, registrou que eles estão no caminho certo, e solicitou que as reivindicações sejam feitas de forma pontual e uma de cada vez, tendo em vista que a coisa pública não funciona como se gostaria. Acrescentou ainda que a maneira como essas manifestações vêm ocorrendo, mostra que o país está mudando, pois os jovens estão querendo participar e registrou ser preciso que esses jovens estejam à frente desse movimento. O Vereador encerrou esse assunto parabenizando a todos, não só pelas manifestações, como também pela maneira ordeira como tem sido realizada e acrescentou que toda a população petropolitana ganha com isso. Em seguida, o Vereador falou sobre a questão da iluminação pública no município. Recordou que em 2002, quando a inserção da contribuição de iluminação pública, na conta de luz foi discutida, as pessoas acreditavam que isso seria um grande absurdo, pois como iam cobrar por algo que não existia. Contudo, declarou que de 2002 até os dias atuais, houve um grande avanço nessa área. Registrou que o problema da iluminação encontra-se na instalação da rede baixa, ou seja, nos locais onde ela já existe é fácil de colocar iluminação. No entanto onde ela ainda não foi feita, o processo é mais longo, haja vista que é um processo burocrático. Declarou que a referida arrecadação possibilitou que hoje se tenha dinheiro em caixa para colocar a rede baixa nos locais que ainda não a possuem. E disse ser demagogia dizer que todos precisam ter iluminação pública, pois se não pagarem por ela, não a terão. Acrescentou que embora acredite que o Vereador Meirelles tenha proposto esse projeto com a melhor das intenções, tem a preocupação de que sem a arrecadação desta contribuição, não se tenha dinheiro para colocar a rede baixa nas regiões que ainda não possuem. Afirmou ainda ter sugerido ao Prefeito que, aumente de 100 quilowatts, para 150 quilowatts o limite que dá direito a isenção da contribuição, pois acredita que dessa forma os menos favorecidos, de fato, estariam sendo beneficiados. Registre-se que o Vereador Paulo Igor reassumiu a presidência. **6) RONI MEDEIROS, LÍDER DO PTB** -

Cumprimentou seus pares, imprensa, plenária e telespectadores. Disse subir à tribuna para defender seu projeto de lei, o qual será votado nesta tarde. Relatou que o mesmo dispõe sobre a publicidade dos beneficiários do programa bolsa família, registrando que o intuito do mesmo é dar mais transparência a esse processo, uma vez que existem muitas denúncias a respeito de pessoas que são beneficiadas com o programa, contudo não deveriam recebê-lo, e acrescentou que dessa forma será possível fazer justiça social, ajudando aos que realmente necessitam. Outro assunto abordado por este Vereador refere-se à declaração do Ministro dos Transportes. Disse que, este foi infeliz ao dizer que é preciso “pedagiar” as estradas, para então construí-las. Afirmou que em seu ponto de vista não é isso que vem acontecendo na estrada da Serra, por exemplo, pois de acordo com as informações que recebeu, é o governo que irá arcar com cerca 70% dos gastos, ou seja, dinheiro da população, por isso vem encontrando dificuldade em digerir essa declaração. Registre-se que se encontra sobre a mesa, para emendas, o Projeto de Resolução nº 2798/13, pela segunda sessão. Não havendo mais Vereadores Inscritos para fazer uso da palavra, o Presidente passou a Ordem do Dia: Colocado em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 873/13 do Vereador Silmar Fortes, este foi aprovado com 14 votos favoráveis, estando ausente o Vereador Jorge Martins – Jorginho Banerj. Colocado em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 1035/13 do Vereador Roni Medeiros, este foi aprovado com 13 votos favoráveis, estando ausente o Vereador Jorge Martins – Jorginho Banerj e uma abstenção do Vereador Thiago Damaceno. THIAGO DAMACENO – Parabenizou o autor pelo espírito da lei, porém confessa estar preocupado, pois em seu ponto de vista pode vir a ferir alguns princípios básicos que norteiam toda a área da assistência social e a forma de lidar com pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Disse que mesmo sendo economista, vem de uma família que trabalha na área social com esses tipos de pessoas, há mais de vinte anos. Com isso disse ter tido contato com muitos assistentes sociais, com a filosofia e doutrina da assistência social, e disse que um dos norteadores dessa doutrina é não expor essas pessoas. Registrou que não tem dúvida quanto à necessidade de se ter esse controle, mas que deve existir mecanismos melhores de controle sem necessidade de exposição dessas pessoas. Por fim, disse que irá procurar alternativas e fazer uma emenda ao projeto a fim de aperfeiçoá-lo. Colocado em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 1388/13 do Vereador Marcos Montanha, este foi aprovado com 13 votos favoráveis, estando ausente os Vereadores Jorge Martins – Jorginho Banerj e Roni Medeiros. Colocado em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 1585/13 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 11 votos favoráveis, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins – Jorginho Banerj, Pastor Sebastião e Silmar Fortes, com uma abstenção do Vereador Marcos Montanha. Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de Informação nº 2867/13 do Vereador Maurinho Branco, este foi aprovado com 12 votos favoráveis, estando ausente os Vereadores, Jorge Martins – Jorginho Banerj, Pastor Sebastião e Silmar Fortes. Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de Inclusão nº 2880/13 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 11 votos favoráveis, estando ausente os Vereadores, Jorge Martins – Jorginho Banerj, Pastor Sebastião, Ronaldão e Silmar Fortes. Colocado em 2ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 1585/13 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 10 votos favoráveis, estando ausente os Vereadores, Jorge Martins – Jorginho Banerj, Pastor Sebastião,

Rondaldão e Silmar Fortes, com a abstenção do Vereador Marcos Montanha. Colocada em Discussão e Votação as Indicações n°s: 629 e 642/13 do Vereador Thiago Damaceno; 991 e 993/13 do Vereador Rondaldão; 1048 e 1074/13 do Vereador Maurinho Branco; 1293 e 1318/13 do Vereador Luizinho Sorriso; 2049 e 2050/13 do Vereador Roni Medeiros; 2590 e 2679/13 do Vereador Marcos Montanha; 2599 e 2600/13 do Vereador Anderson Juliano; 2659 e 2767/13 da Vereadora Gilda Beatriz; 2678 e 2680/13 do Vereador Osvaldo do Vale – Vadinho; e 2723/13 do Vereador Pastor Sebastião. Todas as indicações foram aprovadas. Registre-se que as Indicações Legislativas n°s 245, 472 e 473/13 do Vereador Silmar Fortes, foram retiradas a pedido do autor. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente** encerrou a sessão às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, marcando a próxima para o dia 4 do mês de Julho, às dezesseis horas, com a Ordem do Dia que foi lida em Plenário. E eu, Michelle Iorio Platz e Guido Reis Aguiar, Assessores de Procedimentos Públicos, escrevemos esta para constar e assinamos. Petrópolis, 3 de Julho de 2013.

